

**TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** TO000135/2025  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 17/11/2025  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR068540/2025  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 47979.272375/2025-42  
**DATA DO PROTOCOLO:** 11/11/2025

**NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL:** 10169.200809/2024-56  
**DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL:** 03/12/2024

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, DE SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ n. 37.344.793/0001-76, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ITELVINO PISONI;

SIND COM VAR MAQ EQUI PECAS ACES P USO AGRO E TO, CNPJ n. 37.344.785/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VALDEMIR DE SA;

SINDICATO DO COM ATAC DE PDR ALIM DE BEB DO EST DO TO, CNPJ n. 25.063.447/0001-30, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILIANS SANTOS FERREIRA;

SINDICATO DO COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS DO ESTADO DO T, CNPJ n. 37.344.900/0001-66, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE VICENTE FRANCO CASTROVIEJO;

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO DO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ n. 25.063.512/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RUBENS PEREIRA DA LUZ;

SINDICATO DO COM VAR MOV ART DE COLCH TAP DEC DO EST TO, CNPJ n. 25.063.504/0001-81, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANSELMO JOSE MARTINS DA SILVA MORAIS;

SINDICATO DO COM VARE DE VEIC PECAS E ACES DO EST DO TO, CNPJ n. 25.063.470/0001-25, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VICENTE DE PAULO RIBEIRO;

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS DO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ n. 25.042.938/0001-03, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DOMINGOS TAVARES DE SOUSA;

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO ESTADO DO TOCANTINS - SIC, CNPJ n. 25.042.185/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ITELVINO PISONI;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO ESTADO TOCANTINS, CNPJ n. 25.061.524/0001-13, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADANEIJELA DOURADO DA SILVA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE GURUPI E REGIAO, CNPJ n. 00.003.624/0001-62, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE LUIZ ALVES DA COSTA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE PORTO NACIONAL, CNPJ n. 26.751.719/0001-58, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS MAGNO REIS GOMES;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de novembro de 2025 a 31 de outubro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

## CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **empregados(as) no Comércio**, com abrangência territorial em **TO**.

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

O piso da categoria a partir de **1º de novembro de 2025**, será de **R\$ 1.677,00 (mil seiscentos e setenta e sete reais)**.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários fixos dos empregados(as) do comércio, em toda a jurisdição dos Sindicatos convenentes, serão reajustados a partir de **1º de novembro de 2025**, considerando o piso salarial vigente em **novembro de 2024**.

**Parágrafo Primeiro:** Os empregados(as) do comércio, em toda a jurisdição dos Sindicatos convenentes, que percebem salário superior ao piso salarial vigente em **novembro de 2025**, terão reajuste de **5,3% (cinco vírgula três por cento)**.

**Parágrafo Segundo:** Os empregados(as) admitidos(as) após o mês de **novembro de 2024** terão seus salários reajustados proporcionalmente ao número de meses trabalhados, a contar da data de admissão, observando-se o princípio de isonomia salarial.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

### CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL PARA O CAIXA

O(a) empregado(a) que exerce a função de caixa, fiscal de caixa, responsável pela tesouraria ou encarregado(a) da contagem de férias diárias fará jus a uma gratificação mensal correspondente a **R\$ 245,10 (duzentos e quarenta e cinco reais e dez centavos)**.

### CLÁUSULA SEXTA - DOS COMISSIONADOS

Aos vendedores, balconistas, demonstradores e comissionados em geral é assegurado um salário fixo equivalente ao piso mínimo convencionado na cláusula 3ª, no valor de **R\$ 1.677,00 (mil seiscentos e setenta e sete reais)**, vigente em cada mês, além da comissão a ser negociada entre as partes, anotada na CTPS.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica assegurado aos empregados que recebem salário fixo acrescido de comissões que o somatório dessas parcelas não poderá ser inferior a **R\$ 1.773,75 (um mil setecentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Aos mecânicos de concessionárias e de comércio de autopeças, aos açougueiros e padeiros, é assegurado o piso mínimo mensal no valor de **R\$ 1.773,75 (um mil setecentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

## **RELAÇÕES SINDICAIS**

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL - REPIS**

Considerando a publicação da Lei nº 123/2006, que institui o SIMPLES NACIONAL, os sindicatos convenientes mantêm a regulamentação referente ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte da atividade de comércio de bens e serviços, na região de representação dos subscritores deste Instrumento, no âmbito do piso salarial a ser aplicado aos empregados. Fica estipulado o salário normativo REPIS para os empregados de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), assim conceituadas na Lei Complementar nº 123/06, desde que cumprida integralmente a jornada legal de trabalho e respeitadas todas as condições previstas nesta cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As empresas enquadradas no Simples Nacional, para poderem praticar os valores estabelecidos no Parágrafo Terceiro desta Cláusula, deverão apresentar à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins os seguintes documentos: I - cópia da última RAIS; II - declaração atualizada dos empregados em exercício; III - declaração de que estão atendendo integralmente a presente Convenção Coletiva de Trabalho; IV - comprovação da condição de ME ou EPP; V - comprovante(s) de recolhimento da contribuição assistencial patronal referente ao exercício.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Preenchidos os requisitos do parágrafo 1º e incisos I, II, III, IV e V, as empresas receberão da Fecomércio/TO, que atuará em nome de seus sindicatos patronais filiados, com a devida chancela dos sindicatos das categorias profissionais correspondentes, a CERTIDÃO DE ADESÃO AO REPIS, que proporcionará a devida legalidade para o benefício do REPIS, tendo validade por 01 ano, devendo ser renovada anualmente, o que lhe facultará a prática dos salários normativos diferenciados conforme especificados no parágrafo terceiro desta Cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Para os que aderirem ao REPIS, o piso da categoria, a partir de 1º de novembro de 2024, será de:

- **\$ 1.625,09 (um mil seiscentos e vinte e cinco reais e nove centavos)** – aos vendedores, balconistas, demonstradores e comissionados, sendo que aos empregados que recebem salário fixo (+) mais comissões, o somatório destas parcelas não poderá ser inferior a **R\$ 1.717,74 (um mil setecentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos)**.
- **R\$ 1.717,74 (um mil setecentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos)** – aos mecânicos de concessionárias e de comércio de autopeças, açougueiros e padeiros.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS DA CCT 2024/2026**

As demais cláusulas negociadas na Convenção Coletiva de Trabalho **2024/2026** permanecerão inalteradas.

}

**ITELVINO PISONI**  
**PRESIDENTE**  
**FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, DE SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**VALDEMIR DE SA**  
**PRESIDENTE**  
**SIND COM VAR MAQ EQUI PECAS ACES P USO AGRO E TO**

**WILIAN SANTOS FERREIRA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DO COM ATAC DE PDR ALIM DE BEB DO EST DO TO**

**JOSE VICENTE FRANCO CASTROVIEJO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DO COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS DO ESTADO DO T**

**RUBENS PEREIRA DA LUZ**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**ANSELMO JOSE MARTINS DA SILVA MORAIS**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DO COM VAR MOV ART DE COLCH TAP DEC DO EST TO**

**VICENTE DE PAULO RIBEIRO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DO COM VARE DE VEIC PECAS E ACES DO EST DO TO**

**DOMINGOS TAVARES DE SOUSA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS DO ESTADO DO TOCANTINS**

**ITELVINO PISONI**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO ESTADO DO TOCANTINS - SIC**

**ADANEIJELA DOURADO DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO ESTADO TOCANTINS**

**JOSE LUIZ ALVES DA COSTA**  
**PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE GURUPI E REGIAO**

**CARLOS MAGNO REIS GOMES**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE PORTO NACIONAL**

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

